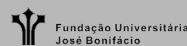


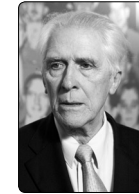
# OIKOS $\sigma$

Revista de economia heterodoxa  
nº 7, ano VI • 2007  
ISSN 1808-0235



patrocínio





Luiz Alberto  
Moniz Bandeira

Entrevistado por Elaine de Melo Xavier, Leandro Freitas Couto, Raphael Padula e Thiago Varanda.

Cientista político e professor emérito da Universidade de Brasília, Luiz Alberto Moniz Bandeira é autor de uma série de obras de história e relações internacionais, como "Formação do Império Americano: Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque" (2005), "As Relações Perigosas: Brasil - Estados Unidos (De Collor a Lula) (2004)", "Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul(2003)." Nesta breve entrevista concedida à revista Oikos, o cientista político esclarece alguns pontos sobre o processo de integração sul-americano.

**OIKOS** Quais as características e diferenças que o senhor vê entre a estratégia e concepção para a consolidação da integração sul-americana, desde os acordos bilaterais entre Brasil e Argentina nos anos 80 ao período atual?

**MONIZ BANDEIRA** Esta é uma pergunta difícil de responder em poucas linhas, porque o conceito de América Sul, como vetor de integração, somente se delineou claramente a partir da primeira gestão do chanceler Celso Amorim, no governo de Itamar Franco (1992-1995) e, depois de um eclipse, só foi retomado no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando ele convocou a primeira conferência de chefes de Estados da América do Sul (e não América Latina) e se consolidou no governo do presidente Lula, com o Embaixador Celso Amorim outra vez como chanceler, no governo Lula. Os acordos entre Argenti-

na e Brasil, de 1985-1987, eram ainda bilaterais, embora pelo Tratado de 1988 fosse prevista uma união aduaneira, que assumiu um caráter livre-cambista, meramente comercial, com o Tratado de Assunção, de 1991, que reduziu o prazo de formação e admitiu o ingresso do Uruguai e Paraguai.

Como o Senhor vê as críticas de quem defende que o Governo brasileiro tem privilegiado o “alargamento” do bloco sub-regional em detrimento de seu “aprofundamento”?

Há naturalmente muitas dificuldades no aprofundamento do Mercosul, mas estão sendo superadas. O alargamento, porém, lhe dá uma dimensão política, ofuscada e obscurecida pelo Tratado de Assunção, que deveria ser revisto.

O senhor acredita haver na América do Sul uma força profunda a favor da integração regional ou os avanços desta ainda devem ser lidos como uma postura de estratos mais progressistas (em contraposição aos extratos conservadores) da sociedade desses países?

Em diversos setores da população tanto brasileira como argentina há consciência da necessidade de integração regional, não somente sob o aspecto econômico e comercial, mas também social e política. Mas há também forças, alimentadas sobretudo por interesses setoriais e/ou estrangeiros, que tratam de impedir essa integração e manipulam a mídia.

O processo de integração Sul-americana é favorecido com a ascensão da esquerda em vários países, apesar das nuances na percepção de alguns países quanto à estratégia de desenvolvimento deste processo?

Depende. De um lado, favorece. Mas, de outro, cria dificuldades, quando os governos de certos países, como o da Bolívia, tomam medidas unilaterais que afetam os interesses dos eventuais sócios, como o Brasil e a Argentina, ou avançam rapidamente além do que as condições internas e externas dos vizinhos permitem. Não se pode cobrar uma fatura da história antes de que o prazo de vencimento esteja vencido. É necessário, antes de mais nada, realismo.

Os movimentos dos Estados Unidos na América do Sul podem ser vistos como uma ameaça ao processo de integração? O foco estadunidense nas questões de segurança tem dado maior autonomia para o desenvolvimento da integração Sul-americana? Ou a tentativa de golpe recente na Venezuela e as tentativas e realizações de Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os países da região demonstram o ímpeto intervencionista estadunidense sobre a região? As constantes declarações da CIA de

que “haveria indícios da presença de grupos terroristas na Tríplice Fronteira” devem ser motivo de preocupação por parte de Brasil, Argentina e Paraguai?

Claro que os Estados Unidos fazem tudo para impedir a integração da América do Sul. Determinados interesses conservadores, econômicos, particularmente das multinacionais, influem na mídia, que trata de intrigar o Brasil com a Argentina, a Venezuela e ou a Bolívia, aproveitando determinadas contradições, inevitáveis em todo processo de integração. Nenhuma integração se processa linearmente, sem tropeços, sem conflitos e é necessário ter isto bem claro para que o processo possa superá-los e seguir adiante.

Na sua visão, o Brasil está conseguindo conciliar uma estratégia de inserção soberana no sistema internacional com suas relações tradicionais com os EUA?

Sim. O Brasil está efetivamente conseguindo conciliar uma inserção soberana no sistema internacionais e suas relações com os Estados, que — é necessário deixar claro — sempre se desenvolveram em meio de choques, de contradições econômicas e políticas, desde o tempo do Império e, inclusive, durante o regime militar. Mesmo o barão de Rio Branco, que forjou uma espécie de aliança não escrita com os Estados Unidos, atuou sempre com muita independência e altivez, e até mesmo certa vez ameaçou romper relações com Washington, por causa do Chile. Houve apenas alguns períodos em que o Brasil se alinhou incondicionalmente com as diretrizes do Departamento de Estado e marchou ao compasso de Washington. Isto eu estudo no meu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, cuja 4ª edição será lançada pela Editora Civilização no início de junho.

Como o Senhor enxerga a questão da liderança regional? Há uma disputa pela liderança? O Brasil a exerce naturalmente ou ela deve ser buscada? Ou ela deve ser exercida de forma compartilhada?

Essa questão de liderança não faz sentido. Não há nenhuma disputa de liderança. Trata-se de especulação da mídia e de alguns supostos especialistas que ela está atualmente a produzir. A liderança do Brasil decorre do seu peso específico como potência regional, que nem a Argentina nem a Venezuela são. O Brasil representa a maior massa territorial, a maior massa demográfica e a maior massa econômica da América do Sul, com um PIB de cerca de US\$ 1,6 trilhão, segundo o método da paridade do poder de compra. É a maior potência industrial do hemisfério sul, o único país que realmente pode rivalizar com os Estados Unidos, apesar da assimetria.

A integração produtiva pode contribuir diretamente para a redução das desigualdades na região? A internacionalização das empresas brasileiras na plataforma regional podem implicar em percepções de pretensões de exercício de hegemonia por parte do Brasil? Tais percepções podem ser superadas de uma vez por todas?

O transbordamento das fronteiras nacionais pelas empresas brasileiras é um processo inelutável, decorrente do seu desenvolvimento econômico, de acumulação do capital. Não é a exportação de capitais que atualmente caracteriza o imperialismo. O conceito de imperialismo não pode ser mais o do tempo de Lenin. Qualquer conceito tem de acompanhar a mutação da realidade, que evolui com a história. O imperialismo atualmente implica uma política de poder como a que fazem os Estados Unidos. Somente certos setores politicamente atrasados, atrelados a dogmas, a um catecismo superado, pode ter uma percepção negativa desse processo. A hegemonia do Brasil aí decorre do seu desenvolvimento objetivo, do seu peso econômico, político, geopolítico e geoestratégico.

O atual governo brasileiro estaria sendo excessivamente permissivo e generoso ou concessões como no caso do gás boliviano e de uma maior contribuição proporcional ao fundo estrutural regional são importantes para estimular a integração?

O governo brasileiro está agindo corretamente, como aconteceu no caso da Bolívia. Está atuando diplomaticamente, como um país maduro, que não pode sacrificar seus objetivos estratégicos, que são o de integração e consolidação da União Sul-Americana de Nações, a partir do Mercosul, por causa de alguns atritos resultantes da inabilidade e inexperiência de determinados governantes, que estão sob pressão e tratam de atender às suas demandas internas, sem avaliar as conseqüências internacionais.